

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: PPI espera encerrar o ano com pelo menos 37 ativos leiloados.....	2
Título: Destaques	3
Título: Políticos de Goiás ameaçam cassar concessão da Enel.....	4
Título: Tesla vai ampliar ainda mais maior bateria do mundo.....	5
Título: ANM vai colocar em licitação um lote de 500 áreas minerais	7
Título: Petrobras puniu 1.415 funcionários desde 2015	8
Título: Colegiado da CVM absolve três ex-conselheiros da OGX	9
Título: Mosaic integra ativos que eram da Vale e cresce no país	11
Título: Pressão recente sobre o dólar reflete cessão onerosa e AL	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Petrobrás assina contrato de venda da Liquegás	15
Título: Frustração com pré-sal puxou alta do dólar, diz BC	15
Título: Indústria recria grupo para negociar com Petrobrás.....	16
Título: » Fechou.....	17
Título: Manchas de óleo fecham 17 praias para banho.....	18
Título: Confronto em refinaria na Bolívia deixa 3 mortos.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Petrobras assina contrato de venda da Liquegás por R\$ 3,7 bi	19
Título: Pré-sal explica em parte a alta do dólar, diz BC.....	19
Título: Funcionários da BR relatam pressão para aderir a PDV	21
Título: Três morrem e 30 ficam feridos em liberação de refinaria na Bolívia.....	23
VEÍCULO: O Globo.....	24

Título: Na BR, quem não aderir a programa de demissão poderá ter salário reduzido	24
Título: A conta sobra para a pulação.....	25

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

Título: PPI espera encerrar o ano com pelo menos 37 ativos leiloados

Com dois leilões marcados para dezembro, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) pretende chegar ao fim do ano com 37 ativos licitados. No dia 9, serão abertos os envelopes da concorrência para gerir a rede de comunicações do sistema de controle de tráfego da Aeronáutica, que terá investimentos de R\$ 1,5 bilhão e será o maior contrato de parceria público-privada (PPP) já feito no âmbito federal. Depois, no dia 19, está previsto o leilão de 12 lotes de linhas de transmissão de energia.

O 38º projeto do ano, sobre o qual o governo deposita enorme expectativa, pode ter um passo crucial hoje. Trata-se da renovação antecipada do contrato da Malha Paulista. A ferrovia tem sua concessão expirando em 2028, e sua controladora, a Rumo, pleiteia mais 30 anos. Para isso, assume o compromisso de investir de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões na modernização da malha, duplicando linhas e elevando substancialmente a capacidade de transporte.

O ministro Augusto Nardes, relator do processo no Tribunal de Contas da União (TCU), pautou seu voto para a sessão plenária desta tarde. Na semana retrasada, o processo completou um ano nas mãos do órgão de controle. Se houver aval do tribunal, a expectativa do governo é assinar o termo aditivo ainda em dezembro, com início praticamente imediato das obras.

O conselho de ministros do PPI fez ontem sua 11ª reunião - a terceira especificamente do governo Jair Bolsonaro - e qualificou mais projetos para sua carteira. Quando isso ocorre, eles ganham status prioritário e passam a ser acompanhados diretamente pela Casa Civil, pasta à qual o programa está vinculado.

Com empreendimentos mais modestos, desta vez, um dos destaques foi a inclusão do arrendamento de um terminal de granéis líquidos no Porto de

Santos (SP). Ele deve receber investimento em torno de R\$ 600 milhões. Também foi aprovada a concessão de terminal marítimo de passageiros em Fortaleza.

Uma resolução sugerida pelo Ministério da Economia foi acatada pelo conselho. Ela facilita a privatização de estatais de médio e pequeno porte. São alcançadas pela resolução empresas de pequeno porte (receita operacional bruta de até R\$ 90 milhões) e de médio porte (inferior ou igual a R\$ 300 milhões). A simplificação de procedimentos já teria amparo da lei, segundo o ministério.

O conselho também acabou sinalizando a privatização da Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep), por recomendação do **Ministério de Minas e Energia**, que sugeriu ainda a criação de um grupo para aprimoramento das regras de licitação dos campos de petróleo e gás no pré-sal.

As discussões se intensificaram após a falta de interessados em dois dos quatro blocos licitados como excedentes da cessão onerosa. A última rodada sob regime de partilha também não teve interessados afora a Petrobras.

O grupo não tem cronograma divulgado publicado, mas a tendência, segundo apurou o **Valor**, é pelo encaminhamento de um novo projeto de lei ao Congresso Nacional. Uma proposta já em tramitação, do senador José Serra (PSDB-SP), já em tramitação, prevê o fim do direito de preferência da Petrobras e uma revisão do polígono do pré-sal. Assim, cada licitação teria escolha por partilha ou concessão.

Algumas alas do governo, temendo que a opção acabe sendo sempre pela partilha, preferem que se defina a concessão como praxe.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Venda da Liquigás

A Petrobras assinou ontem o contrato para a venda da totalidade da sua participação na Liquigás com a Copagaz e a Nacional Gás Butano. Conforme comunicado em 7 de novembro, o valor da venda é de R\$ 3,7 bilhões a ser pago no fechamento da transação. Como parte da estruturação da operação, será realizado investimento acionário minoritário e relevante por parte da Itaúsa na Copagaz. O fechamento da operação está sujeito ainda ao cumprimento de condições precedentes, dentre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo

de Defesa Econômica (Cade). Em comunicado, a Itaúsa informou que investirá R\$ 1,4 bilhão na Copagaz, e passará a deter aproximadamente 49% do capital social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Políticos de Goiás ameaçam cassar concessão da Enel

Autoridades políticas do Estado de Goiás apontam a piora da qualidade dos serviços da distribuidora de energia elétrica Enel Goiás - antiga Celg - para tentar pôr fim à concessão do grupo italiano. Nesta semana a companhia recebeu duas más notícias: a agência estadual de regulação aplicou multa de R\$ 62 milhões e parlamentares da Assembleia Legislativa de Goiás decidiram levar a frente projeto de lei de encampação contra a companhia, que pode resultar na rescisão do contrato que permitiu a venda do controle da estatal Celg.

A multa foi aplicada ontem pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), entidade estadual conveniada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No início do ano, a Aneel aplicou multa de R\$ 1 milhão por não atender os indicadores de qualidade.

O projeto de lei sobre encampação é defendido por parlamentares ligados ao governador Ronaldo Caiado (DEM). Ele é um dos críticos ao modelo de privatização adotado pelo governo federal, na gestão Dilma Rousseff, e seu opositor político no Estado, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

Ontem, após a reunião da diretoria da Aneel, o diretor-geral, André Pepitone, disse que não tinha tomado conhecimento da decisão da assembleia. Ele lembrou que cassar a concessão é “medida extrema” que ocorre por meio de processo de caducidade, por decisão do **Ministério de Minas e Energia**, com recomendação da Aneel.

“Retirar a concessão é uma medida extrema. (...) O processo segue algumas etapas. As infrações devem ser bem caracterizadas, deve-se observar o direito à ampla defesa e ao contraditório. A gente encaminha o relatório de falhas e transgressões, em que a empresa tem oportunidade de se manifestar, e assim a agência vai instruindo o processo”, disse Pepitone.

O diretor-geral da Aneel esclareceu que a multa de R\$ 62 milhões foi aplicada por falhas em procedimentos comerciais de atendimento aos consumidores. Ele citou os problemas: condicionar o fornecimento de energia ao pagamento de débitos de terceiros (antigos inquilinos, por exemplo); descumprir o prazo para

realizar novas ligações; atrasar o ressarcimento de consumidores que fizeram obras relacionadas ao fornecimento de energia; erro na emissão de faturas; e dificultar o registro de reclamações - esta última rendeu a multa de R\$ 22 milhões.

Pepitone afirmou que, agora, a Aneel está realizando a fiscalização sobre a qualidade técnica do serviço, onde irá apurar a frequência e duração de interrupções no fornecimento, por exemplo.

No início da noite, a Enel divulgou posicionamento sobre a multa de R\$ 62 bilhões e a ameaça de a Assembleia Legislativa de Goiás. Sobre a multa, a distribuidora esclareceu que a sanção se refere ao atendimento comercial no período de 2018 e início de 2019. A companhia acrescenta que “está analisando o teor do relatório recebido ontem da AGR” e reitera seu “compromisso com o Estado para continuação do plano de investimentos que tem sido cumprido”.

Em relação ao projeto de lei apresentado na assembleia, o grupo italiano informou que “o serviço de distribuição de energia elétrica é concedido pelo governo federal, por meio do Ministério de Minas Energia e que, portanto, qualquer medida relacionada à concessão é competência privativa da União, nos termos da Constituição Federal”.

Em nota, a distribuidora goiana elencou uma série de iniciativas para melhorar a qualidade do atendimento. Informou que, ainda neste ano, vai inaugurar duas subestações, que beneficiarão ao todo cerca de 200 mil clientes.

Por meio do plano de investimentos, a Enel Goiás prevê o atendimento, até dezembro do próximo ano, de 68% da atual demanda por capacidade adicional de energia, “acumulada durante anos de falta de investimentos no período em que a distribuidora era estatal”. A atual concessionária ressaltou que assumiu a distribuidora em fevereiro de 2017 e já investiu cerca de R\$ 2 bilhões até setembro deste ano - aproximadamente 3,5 vezes mais do que os níveis históricos investidos antes da privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Jamie Smyth — Financial Times, de Sydney

Título: Tesla vai ampliar ainda mais maior bateria do mundo

A bateria na Austrália Meridional está conectada a uma fazenda de energia eólica e tem capacidade para abastecer cerca de 30 mil residências durante uma hora

A maior bateria de íon de lítio do mundo está para ficar ainda maior, uma vez que a empresa responsável por sua operação na Austrália decidiu expandi-la para tentar estabilizar a frágil rede de eletricidade do país. A empresa francesa de fontes de energia renováveis Neoen informou ontem que contratou a Tesla para aumentar em 50% a capacidade de sua usina Hornsdale Power Reserve, no Estado da Austrália Meridional, para 150 megawatts (MW).

A bateria na Austrália Meridional, construída em 2017 em apenas 100 dias graças a uma aposta ousada do fundador da Tesla, Elon Musk, está conectada a uma fazenda de energia eólica e tem capacidade para abastecer cerca de 30 mil residências durante uma hora.

A Neoen destacou que a instalação vai ser a primeira bateria de grande escala na Austrália a fornecer elementos importantes necessários para manter a estabilidade da rede, como a inércia e serviços de rápida frequência, no sistema nacional de eletricidade da Austrália. “A expansão da Hornsdale Power Reserve está demonstrando os diversos papéis cruciais que as baterias vão ter na rede no futuro”, disse Louis de Sambucy, diretor-gerente da Neoen Australia.

A Austrália vive uma onda de expansão das fontes de energia renováveis, que representam mais de 20% da geração de eletricidade no país. Nos últimos dois anos, o país instalou uma capacidade de geração eólica e solar cinco vezes maior do que os Estados Unidos, China ou a União Europeia em termos per capita, segundo relatório da Australian National University.

A rápida expansão, no entanto, tem seu custo. A Operadora do Mercado de Energia da Austrália alertou em 2018 para a possibilidade de que a expansão dos projetos de renováveis desestabilize a rede - problema que ganhou os holofotes após tempestade em 2016 ter provocado um blecaute em todo o Estado da Austrália Meridional. O incidente levou os governos estadual e federal a financiar soluções de armazenamento de energia, como as baterias de íon de lítio ou as usinas hidrelétricas reversíveis.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro e Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: ANM vai colocar em licitação um lote de 500 áreas minerais**

Para disponibilizar ao setor privado um pacote de 20 mil áreas de recursos minerais, dos mais variados tipos, em todo o território nacional, a Agência Nacional de Mineração (ANM), lança em dezembro edital para licitação de lote inicial de 500 áreas, grande parte concentrada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A agência está vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**.

De acordo com Eduardo Araújo de Souza Leão, diretor da ANM, esse primeiro lote abará reservas dos chamados “minerais agregados” - pedra britada, areia, cascalho e cerâmicos. Esses minerais, após extração, são utilizados principalmente na construção civil: obras imobiliárias e de infraestrutura.

O processo da licitação será feito em duas etapas: oferta pública, para quando houver apenas um candidato ao ativo, ou leilão, quando o número de interessados for de dois para cima. “Será tudo realizado eletronicamente e o preço mínimo para cada área vai consistir basicamente dos custos de emolumentos normais da agência”, afirmou Leão.

Ele disse acreditar que haverá interesse e disputa na licitação devido ao longo prazo sem oferta. Segundo informou o diretor, as 20 mil áreas se acumularam em mãos do governo porque desde 2016 não ocorreram novas licitações de reservas minerais para exploração pelo setor privado. Segundo Leão, o modelo antigo de concorrência permitiu uma onda de judicialização por partes dos concorrentes.

“O novo processo, por meio eletrônico, será totalmente secreto e ninguém terá acesso à proposta dos interessados”, afirmou o diretor da ANM. Segundo informou, esse primeiro lote de 500 áreas deverá ter o resultado em fevereiro, pois do edital ficará disponível por 60 dias desde o lançamento em meados de dezembro.

Leão acrescentou que a expectativa da ANM é que a cada 30 dias sejam ofertadas mais áreas para leilão. “Existem reservas minerais de boa qualidade que pertenciam à Vale, Xstrata e Inco e outras mineradoras. Temos processos para início de exploração de lavra, pesquisa mineral e permissão para lavra garimpeira (PLG)”, disse o diretor.

Segundo ele, a estimativa da agência é zerar esse “estoque” de áreas em até três anos. “Todos os dias há processos que vão para caducidade. Qualquer

atraso de entrega de documentação ou processo incompleto, a área pode retornar às mãos do governo. O que queremos é dar mais agilidade aos processos dentro da ANM”, acrescentou.

A agência do setor mineral, com cinco diretores indicados e decisões colegiadas, tem, efetivamente, apenas um ano de existência prática, apesar de ter sido criada em 2017 durante o governo de Michel Temer. A ANM substituiu o antigo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), órgão então vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

A estrutura da agência, também sediada em Brasília, é formada por seis superintendências: de produção mineral, de pesquisa e recursos minerais, desenvolvimento institucional, de regulação e desenvolvimento da mineração, de administração e finanças e de gestão de pessoas. A ANM tem ainda gerências espalhadas em 24 estados. Ao todo, a instituição tem 790 profissionais técnicos e administrativos. São 60 a menos do que no início do ano, devido, em grande parte, a aposentadorias, destacou o diretor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras puniu 1.415 funcionários desde 2015

A Petrobras aplicou 1.415 sanções para funcionários da companhia por irregularidades cometidas, entre 2015 e 2018. Desse total, a maioria das penalidades foi de advertências por escrito, somando 927 ocorrências. Completam a lista 396 suspensões e 92 demissões por justa causa.

Os dados foram apresentados ontem pelo diretor de Governança e Conformidade da estatal, Marcelo Zenkner, em evento realizado pela Firjan e a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), sobre as novas regras de negócios da Petrobras.

Zenkner contou que as sanções foram aplicadas a funcionários diretos da companhia, não considerando terceirizados. Não foram apresentados dados de 2019.

O executivo lembrou que o prejuízo financeiro da estatal com os desdobramentos da operação Lava Jato totalizou US\$ 6,3 bilhões. Desse total, US\$ 2,5 bilhões foram relativos a efeitos contábeis, US\$ 2,9 bilhões referentes à ação coletiva (“class action”) nos Estados Unidos e US\$ 853,2 milhões referentes ao acordo firmado com o Departamento de Justiça americano (DoJ).

Ainda no âmbito do acordo com o DoJ, a Petrobras se comprometeu a enviar um relatório anual informando sobre suas atividades.

Presente ao evento, o diretor de Relacionamento Institucional da companhia, Roberto Ardenghy, destacou o crescimento das atividades petrolíferas em águas profundas e ultra profundas dentro da empresa. Segundo ele, a participação dos grupos de ativos localizados nessas áreas dentro do portfólio de exploração e produção (E&P) da estatal subirá de 55%, neste ano, para 88%, em 2020.

“A Petrobras está se concentrando onde ela gera mais valor. A Petrobras está selecionando aqueles projetos onde tem mais capacidade de recuperar o valor investido”, disse o executivo.

Ele lembrou que, para manter a produção da companhia constante, é necessário incorporar 1 bilhão de barris de reservas ao ano, o que demanda investimento estimado em US\$ 3 bilhões.

Ardenghy ressaltou que a Petrobras teve “participação expressiva” e uma “estratégia bem-sucedida” nos dois leilões petrolíferos recentes - o do excedente da cessão onerosa e a 6ª Rodada do Pré-sal - ambos sob o regime de partilha da produção. Ele, contudo, disse que o regime de concessão é o mais adequado à realidade brasileira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Colegiado da CVM absolve três ex-conselheiros da OGX

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu ex-membros do conselho de administração da petroleira OGX (atual Dommo Energia), acusados de descumprirem o chamado “dever de diligência” no caso da execução da opção de venda (put) da empresa, em 2014. O caso envolveu os ex-conselheiros independentes à época, Adriano Salviato Salvi, Jorge Rojas Carro e Renato Paulino de Carvalho Filho.

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP), responsável pela acusação, entendeu que os então conselheiros foram no mínimo negligentes em relação à decisão de declarar a put da OGX inexigível, desconsiderando fatos públicos e relevantes.

Em 24 de outubro de 2012, Eike Batista, então controlador da OGX se comprometeu a comprar novas ações da companhia a R\$ 6,30 cada, de até R\$ 1 bilhão. A opção poderia ser exercida a qualquer momento até 30 de abril de

2014 e estava condicionada à necessidade de capital social adicional da companhia.

Quase um ano depois, em 1º de julho de 2013, a OGX declarou a inviabilidade econômica no desenvolvimento dos campos de Tubarão Azul, Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia, fato que marcou a derrocada da OGX e culminou na recuperação judicial.

A OGX exerceu a put em setembro daquele ano e pediu a Eike um desembolso de US\$ 100 milhões. O controlador questionou a validade do exercício da opção. Assim, teve início uma disputa entre a companhia e seu controlador e seus termos submetidos a três juristas de notório saber. Neste meio tempo, os diretores da OGX foram destituídos e os conselheiros independentes acusados no caso foram eleitos.

Foi em novembro de 2014 que os conselheiros decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, encerrar a disputa pelo pagamento da put e dando plena quitação a Eike das obrigações estabelecidas no contrato. A put foi declarada inexigível, com base nos pareceres elaborados por juristas independentes.

A decisão foi unânime. O relator do caso foi o diretor Carlos Rebello. Ele apontou que os argumentos da acusação não conseguiram atingir razoabilidade das análises levadas ao cabo pelos juristas. “Os pareceres atentam-se ao caráter jurídico da controvérsia e amparados coerentemente em informações públicas disponíveis sobre a companhia eram aptas a dar suporte aos acusados para decidir sobre a validade do exercício da opção”, disse em seu voto.

A acusação também apontou que sinais de alerta que teriam passado despercebidos pelo escrutínio dos conselheiros - o afastamento dos conselheiros da OGX que exerceram opção, as negociações com os credores e a similaridade com a put da OSX, empresa de estaleiros do grupo X, e que foi cumprida por Eike. “Nenhum dos alertas mostrados pela acusação mostrou-se capaz de macular as análises e conclusões trazidas pelos pareceres jurídicos e de exigir dos acusados investigações adicionais antes de deliberarem a questão”, afirmou Rebello.

Para o presidente da CVM, Marcelo Barbosa, em casos envolvendo o dever de diligência dos administradores, a autarquia deve levar em conta os procedimentos adotados na tomada de decisão. Ele apontou que no caso da OGX, o fato de nenhum dos acusados ter levantado dúvidas com relação aos pareceres dos juristas não significa que não realizaram sua análise da maneira devida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Marina Salles — De São Paulo****Título: Mosaic integra ativos que eram da Vale e cresce no país**

A americana Mosaic, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo, encerrará 2019 tendo investido US\$ 200 milhões em projetos no Brasil, principalmente na integração dos ativos adquiridos em 2018 da Vale, por US\$ 2,5 bilhões, e na expansão de suas instalações no porto de Paranaguá (PR).

Num país em que o mercado de fertilizantes cresce 5% ao ano, ante uma média global de 2%, a Mosaic apertou o passo nos últimos anos e tem mantido participação de cerca de 20% nas vendas de produtos finais que, no total, somam cerca de 36 milhões de toneladas de nutrientes derivados de fosfato, potássio e nitrogênio. A Mosaic é a maior produtora de fosfatados do mundo e a quarta na área de potássicos. Essas duas fontes são as mais demandadas no Brasil, porque a soja, que absorve mais de 40% do volume de adubos vendido, é uma planta fixadora de nitrogênio por natureza.

Com esse casamento “perfeito”, a Mosaic tem obtido bons resultados. Das vendas globais da múlti em 2018, de US\$ 9,6 bilhões, o Brasil representou 42%, segundo Rick McLellan - o executivo concedeu ao **Valor** sua última entrevista como vice-presidente sênior no país. Ele está sendo sucedido por Corrine Ricard, sua colega por mais de 25 anos, que ocupava o posto de vice-presidente sênior de comércio da Mosaic nos Estados Unidos, que agora será dele.

“Foram dois anos e meio de trabalho para integração dos ativos da Vale, e agora é hora de mudar”, disse McLellan. “Comigo ficou a oportunidade de fazer os negócios crescerem”, afirmou Corrine no escritório da empresa em São Paulo. Em sua última divulgação de resultados trimestrais, a Mosaic anunciou a meta de agregar US\$ 200 milhões anualmente ao lucro depois de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) de 2020 a 2022.

Conforme McLellan, como os ativos da Vale tinham um custo operacional elevado e muitos eram ineficientes, os primeiros movimentos envolveram o fechamento dos escritórios que pertenciam à Vale em Cubatão (SP) e São Paulo (SP), o que culminou com o corte de cerca de 200 funcionários, e com a reorganização das operações, incluindo a centralização de sua área

administrativa em Uberlândia (MG). A Mosaic espera concluir a integração, ainda em 2019, com US\$ 325 milhões em sinergias, US\$ 50 milhões a mais que o anunciado anteriormente.

Na linha de frente dos projetos de produção, a companhia voltou a operar a plena capacidade este ano as minas de fosfatados de Tapira (MG), Araxá (MG) e Catalão (GO), que também eram da Vale. Os trabalhos precisaram ser paralisados para atender mudanças regulatórias nas barragens de rejeitos determinadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). “Depois dos desastres de Brumadinho e Mariana, ficou claro que o rigor com que o governo e as empresas olhavam para suas barragens tinha que aumentar, e nós saímos vitoriosos desse processo”, afirmou McLellan.

Segundo ele, o episódio serviu para que o entendimento da Mosaic sobre as 22 barragens herdadas da Vale fosse muito maior, e para que a empresa criasse uma relação mais transparente com as comunidades do entorno, onde vivem os funcionários. O impacto da paralisação no resultado da Mosaic, porém, pode chegar a US\$ 80 milhões em 2019. Já os investimentos da empresa em barragens tendem a atingir US\$ 50 milhões até 2020.

De olho no longo prazo, McLellan não descarta investimentos na mina de Rosário do Catete (SE), que também está entre os ativos vindos da Vale. “Pessoas se debruçaram sobre esse projeto e, embora ele tenha potencial de ampliação, por enquanto vamos trabalhar com a mina pré-existente, que se esgotará em 2024/25. Isto porque novas tecnologias precisam ser desenvolvidas para que ele opere a pleno vapor”, disse.

As outras duas minas de fosfatados incluídas no “pacote Vale”, em Cajati (SP) e Patrocínio (MG), operam normalmente. No caso da mina de Patrocínio, além de funcionar atrelada à operação de Araxá, também passou a operar integrada com o complexo que a Mosaic tinha em Uberaba (MG). “Quando compramos os ativos da Vale, em 2017, Patrocínio estava aumentando a produção em função de um aumento na demanda, e agora nós enviamos a rocha extraída dali por via férrea para Araxá, onde a beneficiamos. Parte da produção dessas unidades, cerca de 600 mil toneladas, também vai para Uberaba, que fica a duas horas dali”, afirmou o executivo.

Maior unidade produtora de fertilizantes de alta concentração de pentóxido de fósforo da América Latina - além de ácido sulfúrico, fosfórico e subprodutos gerados ao longo do processo químico -, a operação de Uberaba é estratégica

para empresa, que também tem bases fortes na distribuição de compostos intermediários a outras indústrias. “Estamos sempre olhando para oportunidades de combinar o negócio de distribuição com o de produção, para caminhar para algo bem eficiente”, disse Corrine. Da fatia de cerca de 10 milhões de toneladas de fertilizantes que a Mosaic movimenta no Brasil, 4 milhões de toneladas são produzidas pela empresa no país.

Na frente de distribuição, a mais recente empreitada da companhia foi a expansão de 45% da capacidade da Fospar, terminal de descarga de adubos no porto de Paranaguá no qual a Mosaic tem 62% de participação. O projeto foi herdado da Cargill Fertilizantes - que, após atuar no ramo por 44 anos, originou a Mosaic, que nasceu da fusão da sua operação com a antiga IMC Global, em outubro de 2004. Debutante, a Mosaic comemora, 15 anos depois da sua criação, a nova capacidade de descarga de Paranaguá, de 4 milhões de toneladas por ano. Atualmente, a empresa importa cerca de 2,4 milhões de toneladas de fertilizantes por esse terminal. Outras 600 mil chegam ao Brasil por outros portos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Marcelo Osakabe — De São Paulo

Título: Pressão recente sobre o dólar reflete cessão onerosa e AL

A piora da percepção do investidor internacional sobre a América Latina e a frustração com a participação dos estrangeiros no leilão dos excedentes da cessão onerosa explicam a pressão sobre o câmbio das últimas semanas, avaliam analistas consultados pelo **Valor**.

No fim de outubro, a moeda americana era cotada em torno de R\$ 4,01, refletindo a soma de diferentes fatores positivos: a aprovação final da reforma da Previdência, a perspectiva de um acordo comercial entre China e EUA e a expectativa de que poderia haver uma forte entrada de recursos atraídos pelos leilões da cessão onerosa.

Esse cenário mudou rapidamente e, em pouco mais de duas semanas, o dólar superou a máxima histórica em relação ao real, encerrando na segunda-feira pela primeira vez acima de R\$ 4,20. Nesse período, o dólar acumulou alta de 4,75%, abaixo apenas dos 6,43% registrados ante o peso chileno.

“Estamos em um momento ruim para a América Latina. Junta isso com a decepção com a cessão onerosa e temos essa rápida volta a R\$ 4,20”, diz Luiz

Eduardo Portella, sócio e gestor da Novus Capital. “Acredito que essa combinação muda o patamar em que o dólar negociava, parece que estamos em um novo equilíbrio agora.”

Vale notar que o noticiário que levou à depreciação do câmbio não é exatamente “novo”, afirma Roberto Campos, sócio e gestor da Absolute Investimentos. “Não aconteceu nada em um dia, é um movimento que acontece há algum tempo”, diz.

Aliado a essas questões, está o fato de que a agenda econômica parou de andar em Brasília. Enquanto membros do governo admitem que a reforma administrativa deve ficar para o ano que vem, o caminho da reforma tributária deve ser mais longo. Na terça-feira, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou fortemente a proposta apresentada pelo governo, dizendo que fatiar o tema é “condená-la ao fracasso”.

A conjunção desses problemas também foi citada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o dirigente ressaltou, por outro lado, que a depreciação do câmbio não piorou a percepção de risco do Brasil nem deteriorou as expectativas de inflação.

Uma forma de olhar o risco país, o spread dos contratos de CDS (“credit default swap”, espécie de seguro contra calote) de cinco anos do Brasil passou de 115 pontos para 125 pontos desde o começo da semana passada, uma alta de 9%. A variação está em linha com a de outros países da região, como México (10%) e Colômbia (12%).

Em um indicativo de que a cautela é regional, o spread do CDS de outros emergentes comparáveis andou menos. No caso da África do Sul, a alta foi de apenas 1%. Já o spread da Turquia caiu de 329 para 303 pontos, queda de 8% no período.

Após atingir nova máxima histórica na segunda, o dólar não teve força para continuar subindo e encerrou em leve queda ontem, aos R\$ 4,1988. O recuo ocorreu mesmo com o ruído causado pelo cancelamento do leilão no mercado à vista conjugado com swap reverso. De acordo com a assessoria do BC, o feriado do Dia da Consciência atrapalharia a liquidação da operação. Para compensar o cancelamento, o BC informou que distribuirá o valor em outros certames.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/11/2019****Seção: Economia****Autor: RENATO CARVALHO****Título: Petrobrás assina contrato de venda da Liquigás**

A Petrobrás assinou ontem contrato com a Copagaz e com a Nacional Gás Butano para venda da totalidade da distribuidora Liquigás. O valor total da operação é de R\$ 3,7 bilhões, conforme antecipou o Estado no último dia 6. A transação prevê ainda um aporte da Itaúsa (empresa de investimentos do Itaú) na Copagaz, com a aquisição de uma participação relevante na companhia. Em fato relevante divulgado no início da noite de ontem, a Itaúsa informou que o investimento será de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão e que passará a deter 49% do capital da distribuidora. O acordo inclui ainda ações para melhora da governança corporativa da Copagaz. Também segundo informações da Itaúsa, a Nacional Gás terá uma fatia minoritária na Liquigás e ficará com as operações em algumas localidades.

A Liquigás tem mais de 4,8 mil distribuidores no Brasil, que atendem a cerca de 35 milhões de consumidores residenciais. A Copagaz é atualmente a quinta maior empresa de GLP do Brasil, com uma rede de revendas com 2,7 mil representantes. A Nacional Gás tem hoje 3,5 mil revendedores. Histórico. Não é a primeira vez que a estatal põe a Liquigás à venda. Em 2016, o Grupo Ultra, dono da rede Ipiranga e da Ultragaz, anunciou a compra da companhia por R\$ 2,8 bilhões, mas o negócio foi barrado pelo Cade. No início deste ano, a Petrobrás contratou o banco Santander para conduzir novamente as negociações, dentro de seu plano de desinvestimento. A BR Partners assessorou o consórcio ganhador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/11/2019****Seção: Economia****Autor: Fabrício de Castro Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Frustração com pré-sal puxou alta do dólar, diz BC**

Apesar disso, Campos Neto afirma em audiência pública no Senado que avanço da moeda americana não afeta expectativas de inflação

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a “frustração” com o megaleilão do pré-sal foi um dos fatores que influenciaram a alta recente do dólar. Ele ponderou, porém, que a valorização da moeda americana não afetou as expectativas de inflação. “Essa desvalorização do

câmbio, ao contrário do que acontecia no passado, veio acompanhada de melhora de percepção de risco. Você teve uma desvalorização que não influenciou expectativa de inflação. As inflações esperadas futuras caíram. Entendemos que a forma de atuar era diferente. Se, por alguma razão, uma desvalorização contínua começar a afetar o canal de expectativas de inflação, vamos ter de fazer uma atuação diferente”, afirmou Campos Neto, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Ontem, o dólar fechou em queda após dia de instabilidade. A moeda americana caiu 0,16%, a R\$ 4,1989. Na máxima do dia, chegou a subir 0,32% a R\$ 4,2195. Os economistas do mercado financeiro projetam que a inflação deve fechar este ano em 3,33%, abaixo da meta central de 4,25%. O intervalo do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros. Para 2020, o mercado financeiro manteve em 3,60% sua previsão. No próximo ano, a meta central de inflação é de 4,0% e terá sido oficialmente cumprida se o IPCA oscilar entre 2,5% e 5,5%.

Megaleilão. Segundo Campos Neto, a “frustração” com o leilão do pré-sal foi um dos fatores que contribuíram para o aumento do dólar porque se esperava uma entrada maior de moeda estrangeira. O governo federal arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a venda de duas áreas na Bacia de Santos. A expectativa da equipe econômica era conseguir R\$ 106,6 bilhões. “Então, como a entrada de recursos foi menor do que a esperada, e muitos agentes de mercado se posicionaram para capturar esse dólar caindo, você tem agora uma volta (do dólar para cima)” explicou Campos Neto. Mas essa não é a única razão.

Segundo o presidente do BC, exportadores estão demorando para trazer os recursos das vendas externas para o País e empresas, como a Petrobrás, estão trocando dívida externa por endividamento doméstico. “São várias explicações. Mais recentemente, houve uma frustração com a cessão onerosa”, concluiu. Campos Neto negou que o presidente Jair Bolsonaro tenha ligado, na segunda-feira, para perguntar sobre o nível recorde registrado pelo dólar: “Meu telefone não tocou (...) Ele tem meu telefone. Quando ele liga, eu atendo”. Ao ser questionado por jornalistas na segunda-feira sobre a cotação da moeda americana, Bolsonaro disse: “Quer o telefone do Roberto Campos?”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2019

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA NUNES E CIRCE BONATELLI

Título: Indústria recria grupo para negociar com Petrobrás

Coluna do Brodacast

Passado o pior momento da Lava Jato na Petrobrás, a indústria brasileira se organiza novamente para fechar negócios com a estatal. Para criar uma agenda de comunicação com a petroleira e de reivindicações com o governo, o setor está ressuscitando a Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip). A instituição teve grande importância no período de euforia com a descoberta do pré-sal, mas entrou na UTI com os escândalos de corrupção envolvendo a estatal e o setor privado. Deixou de existir na prática e, agora, volta forte e atuante.

» Conteúdo local. Pesou na decisão da retomada da entidade a prioridade e os investimentos da Petrobrás em exploração e na produção do pré-sal, assim como o cenário menos hostil às empresas nacionais. Na pauta de discussão está a adaptação às demandas da Petrobrás e também a política de conteúdo local, banida pelo governo ainda na gestão Michel Temer. O tema do conteúdo local é delicado, mas ainda não morreu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Fechou.

Coluna do Estadão

O comando da CPI do Óleo (presidência e relatoria) ficou com PSB e MDB, não necessariamente nesta ordem. É de praxe que o autor, no caso, João Campos, ocupe uma das vagas de prestígio.

» Acabou a paciência. O governo de Goiás quer rescindir o contrato da Enel para a distribuição de energia no Estado. Um projeto de encampação foi apresentado na Assembleia Legislativa e tem aval do governador Ronaldo Caiado.

» Chega. O governo alega que a empresa não consegue prestar o serviço adequadamente e tem deixado o Estado no escuro.

» Transição. A expectativa de Caiado (DEM) é de que a proposta seja aprovada e sancionada até a próxima semana. Para ele, foi apenas um caso de privatização que deu errado. Com a saída da Enel, a Celg GT assumiria a distribuição de energia em Goiás até que uma nova licitação seja realizada.

MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 20/11/2019**Seção:** Metrópole**Autor:****Título:** Manchas de óleo fecham 17 praias para banho

Mesmo com a redução no surgimento de manchas, 17 praias do Nordeste estavam interditadas para banho, ontem, por causa da presença de óleo. Outras 49 praias eram consideradas impróprias, mas por outras formas de poluição. Além dos nove Estados da região, o Espírito Santo teve praias atingidas pelo óleo, mas ainda sem interdições. De olho na chegada dos turistas para festas de fim de ano e carnaval, os governos mantêm equipes de prontidão para limpar as praias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 20/11/2019**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Confronto em refinaria na Bolívia deixa 3 mortos

LA PAZ

Confrontos entre manifestantes e militares que liberavam o acesso a uma central de combustíveis em El Alto, cidade vizinha a La Paz, deixaram três mortos e 30 feridos ontem, um dia antes de a OEA discutir uma resolução pedindo eleições urgentes na Bolívia. “Foram três mortos, dois deles confirmados (por impacto) de bala”, disse um porta-voz da Defensoria do Povo. A entidade disse que os feridos são manifestantes leais ao ex-presidente Evo Morales, que está exilado no México, após renunciar ao cargo no dia 10. O ex-presidente havia sido reeleito em uma votação denunciada como fraudulenta pela oposição e pela OEA, que encontrou diversas “irregularidades”.

Em comunicado, as Forças Armadas destacaram que “agitadores e vândalos enfurecidos” atacaram e destruíram parcialmente a central de hidrocarbonetos de Senkata, “utilizando explosivos de alto poder”. Pouco antes, uma força combinada de policiais e militares, apoiada por blindados e helicópteros, entrou na refinaria, ocupada há dias por manifestantes, para retomar em caminhões-tanque o abastecimento de combustível, cuja escassez começa a se aprofundar em La Paz. Do México, Morales escreveu no Twitter:

“Denuncio ao mundo que o governo de facto, no estilo de ditaduras militares, novamente mata meus irmãos em El Alto, que resistem pacificamente ao golpe e lutam em defesa da vida e da democracia.” A autoproclamada presidente

interina, Jeanine Áñez, assinou um decreto nos últimos dias, descrito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) como “grave”, que isenta os militares de processos penais em caso de mortes nas operações para garantir a segurança do país. A violência social na Bolívia já deixou 27 mortos e mais de 400 feridos, segundo a Defensoria do Povo. / AFP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras assina contrato de venda da Liquigás por R\$ 3,7 bi

Rio de Janeiro- A Petrobras assinou nesta terça (19) contrato de venda da distribuidora de gás de cozinha liquigás para consórcio liderado pela Copagaz por R\$ 3,7 bilhões.

Para viabilizar o negócio, a Itaúsa fará aporte de R\$ 1,4 bilhão na compradora, que deve assumir a liderança do mercado após a operação.

O negócio ainda depende de aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que vetou a primeira tentativa de venda da subsidiária da Petrobras ao grupo Ultra, em operação de R\$2,8 bilhões. Para evitar novo fracasso, a Copagaz deve dividir parte das operações com a concorrente Nacional Gás Butano.

Em comunicado ao mercado, a Itaúsa informou que, após o aporte, ficará com 49% da Copagaz, empresa que hoje ocupa a quarta colocação no ranking das maiores distribuidoras de gás de cozinha no país. O controle permanecerá com a família de Ueze Zahran, fundador da distribuidora.

Em nota, a estatal disse que a venda da liquigás está alinhada com seu plano de venda de ativos para reduzir dívidas e investir no pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura, de São Paulo

Título: Pré-sal explica em parte a alta do dólar, diz BC

Brasília | Reuters O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça-feira (19) que parte da explicação para o movimento recente de valorização do dólar ante o real tem relação com o resultado do leilão de excedente da cessão onerosa.

“Como a entrada de recursos foi muito menor que a esperada, e muitos agentes do mercado se posicionaram para capturar esse dólar caindo com essa entrada, e a entrada não veio na mesma magnitude, você tem agora uma volta”, afirmou Campos Neto em audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado.

“Isso é parte da explicação. Parte é global, parte é pré-pagamento. Tem muito exportador que também está segurando, importador que está segurando”, disse o presidente do BC.

“São várias explicações.”

Na segunda (18), o dólar fechara na maior cotação da história, a R\$ 4,207, com operadores citando preocupações com as negociações comerciais entre Estados Unidos e China e ainda o impacto da frustração com o leilão da cessão onerosa.

Realizado no dia 6, o leilão arrecadou R\$ 70 bilhões, valor recorde para um certame petrolífero mas abaixo do que era esperado.

No Senado, Campos Neto reiterou que, para o Banco Central, o que importa é como o valor do câmbio afeta a inflação.

Ele destacou que a desvalorização recente do real não influenciou as expectativas de inflação, em meio a um cenário de entendimento de melhora da economia, melhora de percepção de risco e redução dos juros de longo prazo.

Campos Neto também adiantou que o BC já tem pronto projeto para alterar a tributação do hedge cambial. A ideia da proposta é que os ganhos e perdas com hedge contratado por investidores de longo prazo em infraestrutura possam se compensar, de forma que a taxa só aconteça sobre um eventual ganho líquido.

Nesta terça, com a cautela de investidores em véspera de feriado, a Bolsa brasileira recuou 0,4% e voltou aos 105 mil pontos, menor patamar desde 18 de outubro. O dólar teve um leve recuo de 0,14%, a R\$ 4,201, segundo maior valor nominal desde a criação do Plano Real.

Também pesou para a queda do Ibovespa o viés negativo do índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, que recuou 0,36%.

Nesta terça (19), o dólar encostou nos R\$ 4,22 pela manhã, mas perdeu força com reportagem da Bloomberg segundo a qual China e EUA estariam calculando a quantidade de tarifas a serem retiradas na “fase 1” do acordo comercial, que pode ser celebrada ainda este ano.

Também nesta terça, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que o clima entre os países está bom e que “a China vai ter que fazer um acordo que eu goste”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Luciana Weyne e Ivan Martínez-Vargas

Título: Funcionários da BR relatam pressão para aderir a PDV

Distribuidora, recém-privatizada pela Petrobras, diz que programa segue a lei

WASHINGTON E SÃO PAULO- Funcionários da BR Distribuidora relataram à Folha sofrer pressão para aderir a um programa de demissão voluntária. Segundo eles, a empresa diz que os empregados ganham mais que a média do mercado e que quem decidir ficar poderá ser demitido ou ter remuneração reduzida.

A companhia, recém-privatizada, não informa qual deve ser o tamanho no corte do rendimento.

O chamado PDO (Plano de Desligamento Optativo) foi lançado pela distribuidora no dia 12, com prazo inicial para adesão dos funcionários até esta terça (19). Depois de problemas técnicos da empresa, o prazo foi estendido para o dia 21.

Nesta terça, a juíza Gabriela Cavalcanti, da 67a Vara do Trabalho do Rio, concedeu liminar que suspende o prazo de inscrição do programa.

O plano faz parte de uma reestruturação das operações da BR após a privatização e, segundo o Sitramico (sindicato da categoria), tem por objetivo achatar os salários.

Os empregados dizem que há pressão da direção atual para que os funcionários concursados, que têm salários maiores, deixem a empresa.

Procurada, a BR Distribuidora afirmou em nota que, “como empresa privada, busca constantemente a trabalhar com as melhores práticas e alto padrão de qualidade, totalmente alinhada aos interesses de seus acionistas”. A companhia não informou quantos funcionários deseja demitir e acrescentou que “algumas informações estratégicas são reservadas”.

A BR afirma ainda que o programa de incentivos para a adesão ao programa oferece benefícios “acima das práticas de mercado” e que segue a “legislação vigente”.

A BR Distribuidora deixou de ser uma subsidiária da Petrobras após uma venda de ações em Bolsa, concluída em julho. A empresa não tem mais um controlador, mas a Petrobras ainda é a acionista com maior fatia da empresa — 41,25%.

Em comunicados aos seus cerca de 3.000 empregados, a BR disse que poderá encerrar o PDO antes do prazo se atingir sua meta de demissões, não revelada. O Sitramico estima que 1.000 pessoas já tenham aderido ao plano.

A distribuidora também tem afirmado que os salários atualmente pagos pela distribuidora são, em média, entre 30% e 40% maiores que os do mercado.

O presidente da empresa, Rafael Grisolia, disse em teleconferência aos funcionários que eles só saberão se terão lugar na nova estrutura da empresa após o prazo de adesão ao PDO. Afirmou ainda que poderá haver demissões após o plano e que quem permanecer na empresa deverá ter sua remuneração adequada aos patamares de mercado.

Em uma das palestras que deu para explicar o PDO, Grisolia foi questionado se quem trabalha na BR saberá qual será sua nova função a tempo de decidir se optará pelo PDO. O áudio foi obtido pela Folha.

“Não. (...) Eu estou te fazendo algumas propostas aqui. A BR é privada, já dei uma indicação de que as faixas salariais estão 30% a 40% acima, então teu salário a mercado está muito alto. A gente está fazendo outra visão, vai ter remuneração mais variável, vai ter metas, gente cobrando (...). Só queria deixar muito claro que o que a gente vier a oferecer não vai ser o que é hoje, porque hoje não é mercado.

(...)Faz uma reflexão primeiro se você se imagina nessa BR e nessa situação, não é muito difícil”, disse o presidente da BR.

Em sua fala, Grisolia afirmou também que o novo organograma da BR extingue cargos e que os convites para profissionais que vão ocupar posições de chefia na nova estrutura começaram a ser feitos.

Antes da reestruturação, a empresa teve lucro líquido de R\$ 2,11 bilhões nos nove primeiros meses deste ano, 33% a mais do que o registrado no mesmo período de 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 20/11/2019****Seção: Mundo****Autor:****Título: Três morrem e 30 ficam feridos em liberação de refinaria na Bolívia**

Militares usam helicópteros e blindados para desbloquear saída de caminhões-tanques de El Alto

Três pessoas morreram e pelo menos outras 30 ficaram feridas num confronto entre manifestantes e militares que tentavam liberar o acesso a uma refinaria de combustíveis em El Alto, cidade vizinha de La Paz, nesta terça-feira (19). Os números foram informados pela Defensoria Pública da Bolívia, que diz que duas mortes foram decorrentes de tiros.

A polícia e as forças militares bolivianas usaram helicópteros e blindados para desbloquear a saída da refinaria, que tinha sido fechada com pilhas de pneus em chamas por apoiadores do ex-presidente Evo Morales.

Os manifestantes ocupavam o local havia alguns dias e impediam a saída dos caminhões-tanques que deveriam levar combustível para La Paz, que está afetada por uma grave crise de abastecimento.

Do México, onde está asilado desde que renunciou em 10 de novembro, Evo escreveu em rede social que o governo interino, “no estilo de ditaduras militares”, mata seus “irmãos”, “que resistem pacificamente ao golpe e lutam em defesa da vida e da democracia”.

Na sexta-feira (15), a autoproclamada presidente interina, Jeanine Anez, assinou um decreto que isenta os militares de processos penais quando atuarem em “legítima defesa ou estado de necessidade” no cumprimento de “suas funções constitucionais”.

O documento foi considerado “grave” pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que publicou um relatório somando 23 mortos desde que os conflitos começaram (nove desde que Anez se declarou presidente em 13 de novembro). Confirmados os mortos de hoje, o total passa para 26.

O governo de Anez afirma que existe base legal para o decreto na Constituição e na Lei Orgânica das Forças Armadas e que a intenção é evitar mais mortes.

“Este decreto simplesmente autoriza que, de maneira conjunta com a polícia, possam atuar no cumprimento e resguardo da ordem e da segurança de todos os bolivianos”, disse o ministro da Presidência, Jerjes Justiniano.

No sábado (16), a Alta Comissária da Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachellet, afirmou que o uso desnecessário e desproporcional da força policial e militar pode fazer com que a situação saia do controle.

Para tentar acalmar a situação no país, que enfrenta violentos confrontos, Anez prometeu realizar novas eleições presidenciais, mas ainda não divulgou a data nem os próximos passos nessa direção.

A crise na Bolívia vai ser debatida nesta quarta-feira (20), no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington. O órgão executivo do bloco discutirá uma proposta do Brasil e da Colômbia para que a Bolívia convoque eleições urgentemente e adote um calendário eleitoral defendendo as garantias democráticas.

A iniciativa sugere que a Secretaria Geral da OEA ofereça aos bolivianos o apoio técnico necessário para seguir com o novo processo eleitoral, após a polêmica recontagem dos votos feita pelo Tribunal Eleitoral e descreditada pelo organismo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Na BR, quem não aderir a programa de demissão poderá ter salário reduzido

Os funcionários da BR Distribuidora que não aderirem ao Programa de Desligamento Optativo poderão ter seus salários reduzidos, disse ontem a empresa.

A BR explicou em nota que, em algumas comunicações internas e para os investidores, “deixou claro que os salários atuais dos funcionários estão 30% a 40% maiores que os de mercado e de seus concorrentes diretos, que também são grandes grupos empresariais’..

Dessa forma, “aqueles que continuarem na empresa terão que se adequar à nova realidade da companhia.

Serão revisados caso a caso e tudo dentro do que a legislação permite”, diz a empresa.

— A BR está tendo todo o cuidado e respeito com os funcionários diante dessa inevitável adequação ao mercado — ressaltou uma fonte próxima à companhia.

A companhia, privatizada em julho último, anunciou no último dia 8 o lançamento do programa, com prazo a partir do dia 12 até o próximo dia 21.

Mas a juíza Gabriela Canellas Cavalcanti, da 1- Região do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), concedeu liminar ontem suspendendo a data do fim do prazo para a adesão ao programa.

Quanto à liminar da juíza, a BR informou que o departamento jurídico está tomando providências cabíveis.

A companhia afirmou que respeita as leis e as decisões judiciais, “buscando também garantir pelos meios legais e dentro de toda ética se manter competitiva agora como empresa privada e em mercado altamente disputado”.

Atualmente, a BR tem cerca de 3 mil empregados.

De acordo com outra fonte, a ideia da BR é, após concluído o plano de demissão voluntária, negociar os salários diretamente com os empregados, conforme previsto nas novas regras trabalhistas.

A BR, maior distribuidora de combustíveis do país, foi privatizada em julho, quando a Petrobras, em uma operação de venda de ações, reduziu sua fatia de 71% para 41%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2019

Seção: Rio

Autor: SELMA SCHMIDT

Título: A conta sobra para a população

Para compensar gastos e não perder ajuste fiscal, estado cria novas alíquotas

Consumidores e empresas deverão pagar mais impostos. Um aumento dos valores descontados para o Fundo de Combate à Pobreza, aprovado ontem pela Assembleia Legislativa, já segue para a mesa do governador Wilson Witzel, que deve sancionar porque o projeto de lei é do próprio Executivo. Ontem, os deputados deram aval para que o fundo tenha o prazo prorrogado até 2023. Mas não foi só isso. A alíquota que incidirá sobre a conta do consumo de energia elétrica e de telefonia passará de 2% para 4% — os clientes que hoje pagam 28% de ICMS, mais 2%, passarão a descontar um total de 32%. A medida pode gerar até R\$ 400 milhões a mais de receita por ano, que serão usados para reduzir o rombo no caixa estadual.

A proposta já provocou críticas da Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Por nota, a entidade repudiou o acréscimo tributário, acrescentando que haverá impactos sobre a economia. Destacou que a mudança vai afetar consumidores residenciais, comerciais e industriais. No mesmo comunicado, a Firjan lamentou o fato de os parlamentares também terem aprovado, na votação de ontem, a criação do Fundo Orçamentário Temporário (FOT), de autoria de Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), que prevê que o contribuinte com isenção fiscal devolva 10% do ICMS não recolhido. A ideia é que seja uma espécie de compensação para o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, que foi extinto. Este vem sendo questionado na Justiça porque estabelecia o mesmo critério mas só para aqueles com faturamento acima de R\$ 100 milhões por ano. Para a Firjan, esse novo fundo “provocará aumento substancial da carga tributária das indústrias de menor faturamento, em especial daquelas recém-instaladas no interior do estado”. A entidade vê prejuízos para a competitividade no estado e também para a atração de novos investimentos nos próximos anos.

Procurada, a Light não quis se pronunciar, alegando que a cobrança do ICMS é de responsabilidade do governo do estado. Em nota, a Enel Distribuição Rio também informou que “o ICMS é definido pelo governo estadual”.

A intenção do Executivo, autor da prorrogação do Fundo de Combate à Pobreza, cuja vigência encerraria no mês que vem, é compensar aumentos de despesas que vêm sendo questionados pelo Conselho de Supervisão, que acompanha o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) firmado com a União, em 2017. Entre eles, estão o plano de cargos da Uerj e da Uezo e o reajuste de funcionários do Degase. Os dois fundos, juntos, poderão elevar a arrecadação estadual em R\$ 650 milhões por ano.

O economista André Luiz Marques, coordenador de Gestão de Políticas Públicas do Insper, teme que não tenha sido feito um acordo prévio com o Conselho de Supervisão, que, mais uma vez, pode não aceitar a contrapartida. Recentemente, o órgão descartou a ideia de compensar os gastos do plano da Uerj com a redução dos valores de contratos com alimentação de presos. E ameaçou propor a saída do Rio do RRF.

— Será que o governo e a Alerj perguntaram aos conselheiros se eles concordam com a compensação? Se não foi alinhado com o conselho, de nada vai adiantar. As medidas só impactam consumidores e empresas. Aumentar a carga tributária com que finalidade? — pergunta Marques.

De acordo com o projeto de lei aprovado, a alíquota de 4% para energia elétrica será para quem consome acima de 450 quilowatts/hora por mês. Com isso, o desconto total passará a ser de 32%. Antes, só os consumidores que ficavam

com contas entre 300 e 450 quilowatts pagavam alíquota de 4%, mas o ICMS é um pouco mais baixo, de 27%. Os contribuintes residenciais, que ficam na faixa até 300 quilowatts, vão continuar não contribuindo para o fundo. Já os comerciais e industriais na mesma linha de consumo se manterão com alíquota de 2%.

No caso da telefonia, fixa e móvel, deverão ser agregados 4% ao ICMS de 28%. A Secretaria estadual de Fazenda informou que o dispositivo não atinge os serviços de internet e TV por assinatura. Os acréscimos para o Fundo da Pobreza entram em vigor 90 dias após a sanção do governador.

— Se não renovássemos o Fundo de Combate à Pobreza, o estado quebrava. Ele representa R\$ 4,7 bilhões por ano. Agora, terá mais R\$ 400 milhões. Com o Fundo Orçamentário Temporário, serão mais R\$ 250 milhões. Precisamos ter uma contrapartida de R\$ 650 milhões para o estado se manter no Regime de Recuperação Fiscal —defende Luiz Paulo.

ITENS DE LUXO

Já o deputado Alexandre Freitas (Novo) ressalta que o consumidor final é que será prejudicado:

— Qualquer família com quatro ou cinco pessoas pode ser atingida. Ar-condicionado e chuveiro elétrico vão virar coisa de luxo.

O líder do PSL, doutor Serginho, também se posicionou:

—O PSL não é contra o Fundo de Combate à Pobreza por entender a situação do estado, mas não concorda com o aumento da carga tributária em cima de todo contribuinte, sobretudo a população que também sofre financeiramente com a crise.

Na semana passada, após acordo no Colégio de Líderes, os parlamentares aprovaram, com emendas, o projeto prorrogando o Fundo de Pobreza até 2023, mas não houve consenso sobre os dispositivos tratando da energia elétrica e da telefonia. Mas ontem um substitutivo foi negociado e aprovado por aclamação em sessão extraordinária.

Os recursos do Fundo de Combate à Pobreza podem ser usados em habitação, em passe livre de estudantes e até mesmo para pagar a servidores.

Colaborou Ludmilla de Lima

MME / ASCOM .